

A (DES) ARTICULAÇÃO DO ENSINO MÉDIO COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SENAI-PE/SESI-PE ATRAVÉS DO PROJETO EMEP (ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL)

OLIVEIRA, Antonio Marcos Alves de – UFPE – marcosolinda@click21.com.br

GT-09: Trabalho e Educação

Agência Financiadora: CNPq

Introdução

Esse artigo apresenta considerações, revistas e ampliadas, acerca dos resultados de uma pesquisa concluída em 2006, para obtenção do título de Mestre em Educação, através do PPGE-UFPE (Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Pernambuco).

Nas duas últimas décadas, o empresariado industrial “nacional” ingressou de forma incisiva no debate educacional, participando dele através da articulação do trinômio qualificação profissional, modernização e competitividade (OLIVEIRA, 2005; RODRIGUES, 1998).

Os industriais afirmam que tudo deve ser repensado, as estruturas sociais, essencialmente o Estado, precisam ser (re) adaptados aos novos desafios. Quais seriam os novos papéis que deveriam desempenhar o Estado, a educação e a formação profissional? Os industriais respondem:

Os novos instrumentos [de política industrial] devem possibilitar uma rápida incorporação do progresso técnico: o aumento da produtividade decorrente poderá garantir uma participação crescente do Brasil nos mercados mundiais, bem como a expansão do mercado interno (CNI, 1988, p.11 *apud* RODRIGUES, 2002, p. 110).

Assim, o documento “Competitividade Industrial” (CI), entre vários outros, regula de forma definitiva a busca de mercados externos como meta societária e industrial estratégica. A busca da competitividade internacional da indústria no Brasil passa a servir de parâmetro para as proposições da formação profissional, da educação e da reestruturação do Estado (*stricto sensu*). Para a CNI¹ (Confederação Nacional da Indústria),

¹ Uma das funções da CNI é fortalecer a ação articulada das entidades do Sistema Indústria. Trata-se de explorar as sinergias existentes entre a entidade e o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), o SESI (Serviço Social da Indústria) e o IEL (Instituto Euvaldo Lodi). Atualmente a CNI,

o país, por conta das falhas do sistema educacional, não é capaz de maximizar a utilização de sua força de trabalho. A persistência de um elevado percentual de iletrados, assim como a formação muito rudimentar que é oferecida à parcela expressiva da população estudante, impõem um limite estreito no seu aproveitamento (CNI, 1998, p. 19 *apud* RODRIGUES, 2002, p. 111).

Ou seja, para os industriais o sistema educacional nacional representa um *locus* de estrangulamento na busca de competitividade. O empresariado industrial brasileiro compreende que, para a educação básica, é necessário “um sistema educacional que forme um homem auto-realizado, com instrução tão completa e geral que o torne capaz de se recambiar nas diversas tarefas e qualificações que a nova empresa exigirá” (CNI, 1995, p. 15 *apud* RODRIGUES, 2002, p. 113-114).

Com relação à formação profissional, dever-se-á assumir um “modelo pedagógico e de conteúdos de treinamento que estejam adequados às novas exigências de aumento da competitividade, a níveis internacionais, e melhoria da qualidade do setor produtivo” (CNI, 1995, p. 24 *apud* RODRIGUES, 2002, p. 114). Portanto, para esse autor, a competitividade é apropriada como paradigma pedagógico para a formação profissional, aliás, como já indicado no documento “Competitividade Industrial”.

Objetivando adequar a educação profissional ao desejado pelo empresariado industrial o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) vem incitando uma produtiva discussão no seu interior, que tem redundado em outras iniciativas e projetos, acarretando modificações nas suas práticas educativas.

Atenção especial tem sido destinada à Aprendizagem Industrial, que é uma modalidade tradicional, “através da qual granjeou credibilidade e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido com menores, na faixa etária de 14 a 18 anos, encaminhados por empresas contribuintes ou oriundos da comunidade” (SENAI. Região Nordeste, 2002, p. 12).

Em novembro de 2002, o SESI-DN (Serviço Social da Indústria - Departamento Nacional) e o SENAI-DN (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Nacional) formularam um documento no qual propõem ensino médio e

coordena e administra o Sistema Indústria - SENAI, SESI e IEL -, composto por 27 Federações de Indústria dos Estados e do Distrito Federal, reunindo mais de mil sindicatos patronais e 196 mil empresas. Essas informações estão contidas no *site* oficial da CNI: < <http://www.cni.org.br/>>. Acesso em: 21 mar. 2008.

educação profissional em uma ação articulada entre o SESI-SENAI. Frutos desta proximidade entre o SESI e o SENAI foram iniciadas as atividades no estado de Pernambuco do Projeto EMEP (Ensino Médio e Educação Profissional) que tem como característica central a articulação entre a formação profissional ministrada pelo SENAI-PE (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Pernambuco) e o ensino médio, ministrado pelo SESI-PE (Serviço Social da Indústria - Pernambuco).

A fim de entendermos mais de perto esse Projeto, estabelecemos a seguinte pergunta norteadora: **como se estabelece a articulação do Ensino Médio com a Educação Profissional, no âmbito do Projeto EMEP, na ótica dos gestores, técnicas e docentes do SESI-PE e do SENAI-PE?**

Para tanto, fez-se necessária a delimitação do seguinte objetivo: **analisar a articulação do ensino médio com a educação profissional no Projeto EMEP do SESI-PE e do SENAI-PE, na ótica dos seus gestores, técnicas e docentes.**

A pesquisa teve como campo empírico um CAT (Centro de Atividades) do SESI-PE e um CFP (Centro de Formação Profissional) do SENAI-PE que implementaram o Projeto EMEP, no período compreendido entre 2004 e 2006. Escolhemos as entidades que trabalharam com pelo menos dois cursos desse Projeto, optando pelas unidades que ofereceram as Áreas Profissionais de Eletromecânica e Refrigeração circunscritas a bairros do Recife.

A pesquisa baseou-se em entrevistas semi-estruturadas entre aqueles que desenvolveram o Projeto EMEP, ou seja, seus respectivos gestores, técnicas e docentes, totalizando treze entrevistados, sendo: dois gestores (o Diretor do CFP do SENAI-PE e a Administradora Escolar do CAT do SESI-PE); duas técnicas (a Coordenadora Pedagógica e Analista de Educação Profissional do CFP do SENAI-PE e a Supervisora Pedagógica do CAT do SESI-PE); e nove professores (três do CFP do SENAI-PE e seis do CAT do SESI-PE). A coleta de dados abrangeu também estudo documental a partir dos documentos basilares do projeto emepeano, bem como de sua proposta pedagógica.

A apropriação teórico-prática do nosso objeto de estudo desenrolou-se na perspectiva histórica e interpretativa, buscando sustentação no método dialético.

O Projeto EMEP

O Projeto EMEP em Pernambuco nasceu através de proposições/políticas efetuadas pela CNI, pelos Departamentos Nacionais do SENAI e do SESI, pelo SENAI-

Região Nordeste, pelo SENAI-PE, como também pelo SESI-PE. Iniciado em 2004 foi um Projeto em parceria SENAI-PE/SESI-PE que enfatizou a formação de jovens, através da concomitância, respectivamente, entre a educação profissional e o ensino médio, para público que atendessem à condição de aprendiz e não apresentassem distorção idade-série.

O Projeto EMEP foi fundamentado, segundo SESI-PE/SENAI-PE (2003), de acordo com a legislação educacional, na LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) nº 9394/96 e no Parecer 15/98 CNE/CEB (Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica), o qual determina as DCN's (Diretrizes Curriculares Nacionais) para o ensino médio. E no âmbito do trabalho, consoante com as mudanças da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), através da Lei da Aprendizagem – menor aprendiz (Lei nº 10.097/2000).

Seu currículo foi estruturado pelo enfoque das competências, abrangendo as competências básicas, integradoras e profissionais. As primeiras formaram os componentes curriculares ou disciplinas do ensino médio ministrados pelo SESI-PE, com carga horária de 300 horas por semestre, em seis semestres.

As competências integradoras formaram as disciplinas articuladoras entre o ensino médio e a educação profissional, oferecidas pelo SESI-PE, com carga horária de 100 horas por semestre, durante os seis semestres. De acordo com o SESI-PE/SENAI-PE (2003), essas disciplinas se tornaram o núcleo dessa proposta de integração.

E as competências profissionais constituíram os componentes curriculares da educação profissional, ofertados pelo SENAI-PE, com carga horária de 1.200 horas para uma saída intermediária com a aquisição de uma habilitação profissional; e, 1.400 horas para a obtenção da qualificação profissional de nível técnico, somado ao Estágio Supervisionado, com carga horária de 400 horas, sendo a organização curricular das Áreas Profissionais² composta de um Módulo Básico, um Módulo Específico, e um Módulo Complementar. No término do curso o aluno saía com o diploma do ensino médio e o diploma de técnico.

Os princípios norteadores do Projeto EMEP foram:

- Educação e trabalho, entendidos como direitos inalienáveis da pessoa humana e, desse modo, componentes fundamentais de cidadania.

² As Áreas Profissionais ofertadas pelo Projeto EMEP foram: Alimentos; Automobilística; Eletromecânica; Eletroeletrônica; Refrigeração; Têxtil; e Vestuário.

- Articulação e complementaridade entre Educação Básica e Educação Profissional, através de currículos integrados desenvolvidos pelo SENAI e pelo SESI, preservando-se as especificidades de ambos os níveis de educação e dos papéis institucionais.
- A complementaridade e a articulação desejadas se expressam, nos currículos, pelas **competências integradoras** como elos capazes de potencializar a relação entre Educação e Trabalho.
- Assunção de valores éticos, políticos e estéticos, como referência para o desempenho das equipes escolares no processo educacional.
- Consciência de responsabilidade social, transparência nos resultados, busca de sustentabilidade e visibilidade social.
- Ação educacional orientada pelos princípios da interdisciplinaridade contextualização e transversalidade, no desenvolvimento de um currículo inovador.
- Garantia de permanência e continuidade de estudos, bem como de aproveitamento de estudos e experiências.
- Valorização e respeito às diferenças e à diversidade cultural, étnica, política e social.
- Consideração ao perfil e às aspirações da clientela a ser atendida: jovens na faixa etária de 14 a 18 anos.
- Desenvolvimento e aprendizado permanentes por parte das equipes escolares como estratégias fundamentais para uma oferta educacional de qualidade.
- Avaliação como função potencializadora e reguladora do processo de melhoria contínua, através da observação, monitoramento, retroalimentação e replanejamento do trabalho conjunto SENAI/SESI-Pernambuco, com reflexos diretos sobre a qualidade educacional e pedagógica (SESI-PE/SENAI-PE, 2003, p. 11-12, grifo no original).

A articulação no Projeto EMEP

Uma pergunta dirigida aos entrevistados foi sobre suas opiniões referente à articulação do ensino médio no SESI-PE com a educação profissional no SENAI-PE, através do Projeto EMEP.

Somente um sujeito não respondeu a contento nossa pergunta. Metade dos que responderam - seis entrevistados - disseram que não houve articulação através desse Projeto. Vejamos três falas para ilustrar:

[...], na minha opinião o problema básico [...] é a integração. Então o que não houve, o que não está havendo é mais

integração entre professores do SENAI e do SESI (Docente 2 - SENAI).

Faltou articulação. De todos os atores envolvidos. Faltou uma maior integração mesmo (Docente 5 – SESI).

Eu acho que tem que haver mais entrosamento dos professores do SENAI com os professores do SESI o que não existe (Docente 4 - SESI).

Entre aqueles seis sujeitos entrevistados, um deles ressaltou a ausência de intercâmbio entre os docentes que lecionaram naquelas modalidades de ensino.

[...], a falta de interação entre os professores que ensinam no ensino médio ou de quem dá um curso profissional. Se houvesse uma interação melhor entre os dois [SENAI-PE e SESI-PE], uma comunicação melhor, e isso não houve. Não houve essa reunião de professores, “O quê que você está dando? O quê que você precisa?” (Docente 3 - SENAI).

Essas falas refletem um mau funcionamento do Projeto EMEP, no sentido de que não houve articulação entre o ensino médio do CAT (Centro de Atividades) do SESI-PE com a educação profissional do CFP (Centro de Formação Profissional) do SENAI-PE. Ou seja, houve desarmonia nessa articulação. Essa dissensão, segundo os depoimentos supracitados, foi fruto de uma desarticulação, de uma desintegração entre os professores, técnicas e gestores das duas entidades.

Essas falas caminham em sentido contrário ao que aparece em SESI-PE/SENAI-PE (2003), como um dos princípios orientadores do Projeto EMEP, que é a complementaridade e a articulação entre a educação profissional e a educação básica.

As prováveis causas da desarticulação entre o ensino médio e a educação profissional dessas unidades podem ser, primeiramente, um reflexo da histórica dualidade da educação brasileira que ecoa na desintegração entre essas modalidades de ensino, rebatendo na valorização, na formação e no exercício dos profissionais de educação profissional.

Reportamo-nos ao Seminário Nacional de Educação Profissional, realizado em 2003, intitulado “Educação Profissional ‘concepções, experiências, problemas e propostas’”, em que vale a pena destacar a asserção feita pela Coordenadora do GT (Grupo de Trabalho) 11 - Formação dos Profissionais da Educação Profissional – Professora Heloísa Santos, em relação aos problemas que afligem os profissionais da

educação profissional e que, de alguma forma, reverberou no mau funcionamento da articulação no âmbito do Projeto EMEP.

As mesmas dificuldades ocorridas na articulação entre aquelas modalidades de ensino na educação brasileira também aconteceram nas instituições pesquisadas, já que elas também fazem parte do *locus* educacional nacional.

A formação, o exercício e a valorização dos profissionais da educação profissional sofrem os reflexos da discriminação que marca a educação profissional, historicamente, no Brasil. A dualidade estrutural da educação brasileira reproduziu as posições dos diferentes segmentos sociais na divisão social do trabalho atribuindo a alguns a possibilidade de exercer o pensar e o conceber, entendidos como reservados às atividades intelectuais e o fazer, o executar à grande maioria dos trabalhadores voltados para as atividades chamadas manuais. **Se há problemas e preconceitos advindos desta realidade que atingem os profissionais da educação básica, são alarmantes as repercussões na formação, exercício e valorização dos profissionais da educação profissional. Eles são alvo ainda mais frágil da segmentação e das hierarquias do saber. Sofrem, portanto, uma dupla discriminação: como formadores e como formandos, eles mesmos da educação profissional** (BRASIL.MEC.SEMTEC, 2003, p. 157, grifo nosso).

Em segundo lugar, a desarticulação das entidades pesquisadas pode ter acontecido também pelos seus respectivos docentes não terem tido formação para a articulação entre aquelas modalidades de ensino. Nosso ponto de vista se aproxima da afirmação feita pela Coordenadora do GT 12 – Proposta de Licenciaturas Especiais para a Educação Profissional – Professora Maria Rita, no mesmo Seminário supracitado. Segundo ela, a formação docente do ensino técnico brasileiro tem como características a manifestação da dualidade estrutural, o ser fragmentada, não possuir integralidade, ter uma forma especial, emergencial e sem marco regulatório.

A – A formação de professores para o ensino técnico no País vem se desenvolvendo de forma *especial*. Isso estaria indicando menos a identidade particular do ensino técnico, valorizada e assumida como importante de ser considerada nas políticas e práticas relativas à formação de docentes, do que ao fato de essa formação não se revestir de regularidade e unidade em relação às políticas gerais de formação do professor para o ensino médio no País. Manifesta, também, de forma transparente, a realidade da dualidade estrutural, própria desse nível de ensino (acadêmico/profissionalizante) e a desvalorização do ensino profissionalizante [...].

B – A formação em pauta é marcada por fragmentação, caráter imediatista e emergencial, falta de enraizamento de propostas na prática das agências formadoras, reducionismos na concepção de formação docente, desinteresse da produção científico-acadêmica da área (BRASIL.MEC.SEMTEC, 2003, p. 166, grifo no original).

Essa afirmação da Professora Maria Rita relativa aos problemas que atormentam a formação dos docentes do ensino técnico brasileiro, pela ausência de articulação, ou melhor, falta de unidade ou integração com o ensino médio, os quais para nós se repetem na formação dos professores do ensino médio, de alguma forma, influenciou no mau funcionamento da articulação na experiência analisada.

Ressaltamos que não queremos responsabilizar de forma única e exclusiva os professores por desconhecerem a formação politécnica como sendo o fator preponderante pela desarticulação desse Projeto. Só estamos trazendo para a discussão que, de certa forma, o desconhecimento do caráter politécnico na educação, na formação dos docentes das entidades pesquisadas, pode ter contribuído para o não sucesso da articulação.

Percebemos que a realidade dos professores do Projeto EMEP está em consonância com a realidade dos demais docentes na educação brasileira, pois levando em conta o Seminário supracitado, a Professora Sonia Rummert que foi relatora do GT 9 - Concepções Pedagógicas em Educação Profissional - identificou como um dos problemas que, “a maior parte dos professores [...] desconhece o que seja a educação tecnológica” (BRASIL.MEC.SEMTEC, 2003, p. 146).

Em terceiro lugar, a desarticulação pode ter ocorrido pelas instituições pesquisadas, historicamente, possuírem suas especificidades educacionais – EJA (Educação de Jovens e Adultos) no CAT do SESI-PE e educação profissional básica no CFP do SENAI-PE até 2000 –, mesmo sendo ambas atreladas à FIEPE (Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco) e à CNI.

Como esperar uma articulação exitosa nessas entidades, através desse Projeto, se as mesmas não possuíam experiências intra-institucionais consolidadas, respectivamente, naquelas modalidades, muito menos delas articuladas?

E por último, essa desarticulação também pode ter acontecido pela inexistência de projetos integrados bem-sucedidos localmente, tanto nas instituições regulares de

ensino, como nas instituições ligadas ao Sistema “S”³. Achamos relevante discutir as experiências concretas na articulação entre o ensino médio e a educação profissional, mas o que nós conhecemos como experiências de educação politécnica?

Ressaltamos as dificuldades da construção de uma escola unitária, pelo fato de que esse modelo escolar se coloca contrário à lógica do capital e encontra limites estruturais para seu estabelecimento. Colocamos a asserção de Kuenzer (1989, p. 28, grifo no original) na qual ela chama atenção para a efetivação da formação politécnica:

[...], é preciso ter claro que, se por um lado é preciso avançar, por outro a politecnicidade, enquanto expressão de um princípio educativo que expressa uma postura política relativa à formação de um novo homem em uma nova sociedade, não é uma nova panacéia que possa ser aplicada sem a consideração das condições concretas do desenvolvimento brasileiro.

E, mais do que isto, é preciso ter claro que não é possível superar a ruptura entre trabalho intelectual e instrumental, através da politecnicidade, *dentro da escola*, uma vez que a sociedade continua perpassada pela divisão social e técnica do trabalho, de modo a assegurar a hegemonia do capital.

Também pensamos ser relevante trazermos dois desafios postos por Frigotto (2005, p. 77-78, grifos nossos) para a materialização de uma concepção educativa politécnica, que é a modificação no cerne da instituição escolar e das condições concretas e subjetivas.

[...] [um desafio] **é a mudança no interior da organização escolar, que envolve formação dos educadores, suas condições de trabalho, seu efetivo engajamento e mudanças na concepção curricular e prática pedagógica.** Se os educadores não constroem, eles mesmos, a concepção e a prática educativa e de visão política das relações sociais aqui assinaladas, qualquer proposta perde sua viabilidade.

[...] [outro desafio] **envolve a sociedade civil e política. Trata-se de criar as condições objetivas e subjetivas para viabilizar em termos econômicos e políticos este projeto.** [...]. Para muitos, [...], trata-se de ir construindo a utopia (outro lugar) de ir além da sociedade regida pelo capital. Vale dizer, construir sociedades efetivamente socialistas.

Retornando às análises das entrevistas, outro sujeito coloca que a aceção de articulação do Projeto EMEP é excelente; contudo, tanto o seu CFP do SENAI-PE,

³ Esse Sistema é formado pelo SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), SENAI, SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte), SESC (Serviço Social do Comércio), SESI, SEST (Serviço Social do Transporte, entre outros).

como o CAT do SESI-PE, não estavam preparados, sendo a articulação fruto de um decreto e não de uma concepção, faltando ajustamento com as equipes gestoras e pedagógicas das instituições.

A concepção de modelo é perfeita. A idéia como eu falei da escola de tempo integral é perfeita, mas as nossas duas instituições não estão afinadas. Nós nos juntamos através de um projeto e por decreto. Nós não nos juntamos por concepção. Então na verdade isso é osmótico, ou seja, se decidiu que nós nos juntaríamos e faríamos a escola de tempo integral, mas nós não entendemos isso com muita perfeição. As duas casas não entenderam isso. Uma entendeu como imposição; e, a outra entendeu como, em alguns momentos, como uma transferência de obrigações.

[...]. Faltou negociar com quem faz: com os professores, com os gestores, com os pedagogos de ambas as casas. Então depois de decretado fundiu, aí agora vamos aprender e ver como fazer (Diretor - SENAI).

Como esse entrevistado disse que a articulação das duas instituições se deu por decreto, e não por concepção, e depois de decretado houve a fusão, sendo que essa junção não foi desenhada, nem sentida como própria dos membros da comunidade educacional, acreditamos que há aproximação com a afirmação abaixo.

Toda uma corrente de pesquisa e de experiências demonstra que as escolas melhoram a qualidade do ensino se têm um projeto desenhado e sentido como próprio por todos os membros da comunidade educacional, se coordenam o desenvolvimento do currículo e a ação dos professores, [...] (SACRISTÁN, 1996, p. 71).

Tanto que, a elaboração do documento norteador do Projeto EMEP - SESI-PE/SENAI-PE (2003) - foi realizada, majoritariamente, pelas técnicas educacionais, pedagogas e gestoras do SENAI-PE e do SESI-PE, contando com a colaboração de forma minoritária, dos docentes de ambas as instituições, excluindo na sua construção discentes, demais funcionários e pais.

Outra entrevistada também comungou com a idéia de que não houve articulação. Ela afirmou que, para o êxito desse Projeto, precisaria existir uma influência mútua através de algumas atividades integrativas tais como reuniões, planejamentos, que até o momento da nossa entrevista não haviam acontecido, só nos documentos norteadores.

[...] a gente tem ainda muito que aprimorar, porque para que esse Projeto, realmente, ou outros projetos desse tipo venham a

dar certo, eu acredito que tenha que haver uma interação maior, de planejamento, de reuniões, tanto de uma instituição quanto da outra, que até agora isso acontece no papel, mas na prática não (Docente 6 – SESI).

Essas atividades de integração colocadas no seu depoimento se aproximam do que é defendido por Ciavatta (2005, p. 100, grifo no original) como um dos pressupostos para a realização da formação integrada e humanizadora: “c) *A adesão de gestores e de professores responsáveis pela formação geral e pela formação específica.* [...] É preciso que se discuta e se procure elaborar, coletivamente, as estratégias acadêmico-científicas de integração”.

O mau funcionamento da articulação, segundo a Docente 6-SESI, acontece na dicotomia que se dá entre o que é colocado no papel - para nós serve como exemplo a proposta pedagógica do Projeto EMEP - e na execução desse Projeto. Vejamos o que está explicitado nesse documento, ou seja, “no papel”: “Orientar as equipes do SESI e do SENAI no desenvolvimento das ações pedagógicas e educacionais conjuntas” (SESI-PE/SENAI-PE, 2003, p. 8). Infelizmente essa orientação as equipes das entidades pesquisadas foi diluída e evasiva, não se efetivando no dia-a-dia do chão das escolas, segundo depoimentos dos entrevistados.

As relações entre os pares

Fizemos para os gestores outra pergunta, referente ao bloco denominado prática pedagógica, sobre como tinham sido suas relações com os docentes e as técnicas, através do Projeto EMEP, de forma a garantir a articulação do ensino médio com a educação profissional. Para as técnicas, como tinham sido suas relações com os docentes e com as outras técnicas, através desse Projeto, de forma a garantir essa integração. E para os docentes, como tinham sido as suas relações com os professores de outras disciplinas, através desse Projeto, de forma a garantir essa articulação.

O gestor do SENAI-PE respondeu que do ponto de vista interno do SENAI, a relação dele com sua equipe pedagógica no Projeto foi boa. No entanto, ele confirmou nessa questão o que já havia respondido sobre a articulação, nesse Projeto, ou seja, por ela ter se efetivado de cima para baixo sem compreensão dos pares, não houve integração entre a equipe pedagógica da sua entidade com a do CAT do SESI-PE, falando até que estavam separados. Pelo seu depoimento não houve uma articulação do

Projeto EMEP, pois internamente sua equipe pedagógica se relacionou bem; mas, a integração com os gestores, técnicas e docentes do SESI-PE não aconteceu.

*[...], do ponto de vista interno do SENAI, perfeito. [...], mas **essa integração do SESI-SENAI como ela não se efetivou por entendimento, ela se efetivou por decreto, essa relação não é muito fácil.** Por exemplo, convido o SESI para os encontros com pais e educadores da escola, raramente eles vêm. O SESI nos convida para encontros pedagógicos com pais, raramente nossos técnicos querem ir. Então **a gente está meio que dissociado** (Diretor - SENAI).*

Existiu uma dissociação na fala do entrevistado acima, bem como não aconteceu uma real integração nas unidades pesquisadas. Notamos convergência com a asserção de Ciavatta (2005) para a qual está incluído como um dos pressupostos para a concretização da formação integrada e humanizadora o apoio de gestores e docentes responsáveis pelas formações específica e geral, sendo necessário que se debata e se procure construir, de forma coletiva, as táticas acadêmico-científicas de integração.

Para a Técnica-SESI os encontros aconteceram com mais frequência e a imbricação entre as supervisoras se intensificou, aliado à análise criteriosa desse Projeto.

[...] a responsabilidade aumentou muito mais [...], as reuniões são mais frequentes, até para gente ajustar pontos que não estejam tão bons assim.

O trabalho entre as supervisoras ele diferenciou também porque aí nós começamos a nos articular também, as reuniões para estudar esse novo Projeto, essa articulação, como é que se deveria trabalhar. Como era que deveria ser o nosso plano de ação, como é que nós deveríamos atuar. Então houve um estudo mais profundo, depois do EMEP (Técnica - SESI).

Quando essa entrevistada citou as maiores frequências nas reuniões e o aprofundamento na articulação entre as supervisoras, ela se deteve nos CAT's do SESI-PE não se reportando à integração com o CFP do SENAI-PE. Aí também pode ser um indício de uma não articulação; ou seja, ela comentou somente um bom entrosamento entre a equipe pedagógica da sua instituição. E a articulação com a equipe da outra entidade?

Entre os docentes, o Docente 1-SENAI falou que a relação dele com os demais professores do Projeto EMEP foi amistosa, mas lamentou não ter tido mais reuniões

para demarcar outras finalidades, havendo dois encontros em 2005, até o momento da nossa entrevista⁴ - ressaltando que esse Projeto era um projeto-piloto. *“Relação amigável. Infelizmente nós precisávamos de mais encontros para traçar novas metas. Este é um modelo em experimento, um modelo de laboratório. Então até o momento tivemos dois encontros neste ano de 2005”*.

Por ter ocorrido somente dois encontros, até o momento da nossa entrevista, entre os docentes desse Projeto, segundo esse depoimento, será que não estava muito aquém do que realmente se fazia necessário para um projeto de articulação? Ele mesmo respondeu que seriam necessários mais encontros, contudo fez uma ressalva importante, pois era um Projeto que estava em experimento, estando de acordo com o artigo intitulado “Educação para a cidadania”⁵, o qual diz que o SENAI-PE e o SESI-PE lançaram um projeto-piloto de educação integrada – o Projeto EMEP.

A consideração feita pelo Docente 1-SENAI de que esse Projeto *“é um modelo em experimento”* foi uma afirmação importante, pois as duas turmas das entidades pesquisadas - Eletromecânica e Refrigeração - começaram seus respectivos cursos em 2004 e concluíram em 2006. Foi um Projeto que ainda estava em andamento, em processo⁶.

A fala desse entrevistado está em consonância com a asserção de Ciavatta (2005, p. 102), pois “Deslindar a realidade do possível na formação integrada supõe o desafio da experimentação, da avaliação e da pesquisa de acompanhamento dos sucessos e dos limites de cada experiência”.

O Docente 2-SENAI disse que nessa relação SESI-SENAI as instituições estavam dicotomizadas, carecendo de uma base sobre como efetivar a articulação: *“[...] o que é que a gente conclui: que o SESI ele se acoplou, houve essa integração SESI-SENAI, mas **andavam assim distantes, separados, faltando aquele embasamento**”*. Ou

⁴ A entrevista com esse sujeito aconteceu no dia 20/10/2005, faltando um pouco mais de um mês para o final do semestre letivo naquela instituição.

⁵ A referência desse artigo é a seguinte:

EDUCAÇÃO para a cidadania. 2003. *SENAI Brasil*, Sistema CNI, ano 12, n. 68, p. 9, nov./dez..

⁶ Não houve processo seletivo para o Projeto EMEP em 2005 e em 2006. As turmas que ingressaram em 2004 concluíram em 2006. Houve uma pausa, para a avaliação interna desse Projeto para daí ver qual o rumo que o SENAI-PE e o SESI-PE tomarão relativo à articulação do ensino médio com a educação profissional. Segundo conversa informal realizada em 5/4/2006 com uma das nossas entrevistadas, Técnica-SESI, encaminha-se para o Projeto EMEP em Pernambuco transformar-se em Projeto EBEP (Educação Básica e Educação Profissional), caminhando em consonância com o documento referencial (SESI-DN/SENAI-DN, 2004).

seja, pela sua fala entendemos que não houve integração entre o corpo docente dessas instituições.

Existe semelhança entre esse depoimento, no referente à ausência de articulação entre a equipe docente das entidades pesquisadas, e o questionamento e a afirmação colocados pelo Professor Ramon de Oliveira sobre a prática de discriminação entre a educação profissional e a formação geral sendo avigorada pela última reforma da educação profissional brasileira no governo de Fernando Henrique.

Ou seja, a dificuldade de articulação nas relações entre os professores das instituições pesquisadas também se apresentou entre aquelas modalidades de ensino no governo de Fernando Henrique (e permanece no governo Lula). Superar a separação entre ambas, ao não tratá-las de forma estanque, mas de uma forma integrada, trará melhorias nos relacionamentos entre seus pares.

Porque [sic] ainda a escola não conseguiu estabelecer um movimento de reestruturação interna que permita uma ampliação do debate no seu interior, visando constituir uma identidade interna na qual sejam esvaziadas as práticas de discriminação nas quais uma [área técnica] ou outra área [de formação geral] ainda é vítima ou algoz? Para mim superar esta dicotomia que ainda permanece e foi reforçada com a última reforma implementada pelo governo Fernando Henrique é um dos primeiros passos para se dirimir esta dúvidas [sic] no âmbito da educação profissional brasileira (OLIVEIRA, 2004, p. 12).

Para quatro entrevistados, sendo um docente do SENAI-PE e três do SESI-PE, não aconteceu articulação nas relações entre os professores dessas entidades, mas entre os pares da própria unidade em que lecionam aconteceu. Ilustraremos com o depoimento a seguir.

A articulação é feita da melhor forma possível. Entre os professores, aqui no SESI, existe uma interação muito forte, [...], a gente trabalha com projetos, está sempre desenvolvendo projeto. [...]

E eu percebo também que os outros professores, quando desenvolvem outros projetos, têm trabalhado de maneira articulada.

A articulação com os docentes do SENAI eu não tenho muita coisa a falar porque como professora de Biologia e Direito e Segurança do Trabalho, não houve nenhuma articulação da minha parte com os professores lá (Docente 5 - SESI).

Sobre o distanciamento nas práticas escolares dos professores da formação geral com os da área técnica percebemos similaridade nas relações dos docentes das entidades pesquisadas com o questionamento proposto pelo Professor Ramon de Oliveira sobre a realidade dos relacionamentos entre aqueles pares, no contexto do ensino médio e da educação profissional brasileira, de um modo geral. As instituições pesquisadas que desenvolveram o Projeto EMEP não fugiram da realidade que acontece na educação brasileira, em que há uma grande distância entre os professores da educação profissional e os do ensino médio. Ou seja, existe um fosso nas práticas escolares entre eles nessas modalidades de ensino. Isto gera uma ausência de integração entre as modalidades, mesmo com o estabelecimento do Decreto nº 5.154/04 que permite a articulação entre ambas.

Uma das questões que merecem ser pensadas é porque [sic] os professores da educação profissional, tanto os das áreas técnicas quanto aqueles das áreas de formação geral, os quais deveriam estar envolvidos em um único projeto político-pedagógico de formar novos profissionais, mantêm entre si um distanciamento tão grande nas suas práticas escolares? (OLIVEIRA, 2004, p. 12).

Não escapou dessa realidade a Docente 5-SESI que mesmo lecionando na disciplina de Direito, Saúde e Segurança do Trabalhador - que foi um dos componentes curriculares articuladores, pois representaram o cerne da proposta de articulação - não se relacionou com os professores do CFP do SENAI-PE de forma a garantir a integração.

E onde está essa articulação que deveria ser respaldada em uma relação interativa entre os docentes do SESI-PE com os do SENAI-PE no Projeto EMEP? A desarticulação foi dominante pelos depoimentos colhidos, ao existir só um bom entrosamento internamente entre os professores das respectivas instituições, bem como não houve uma relação dialógica entre os docentes de ambas.

Considerações finais

Para uma melhor compreensão do objeto estudado elegemos um objetivo central: analisar a articulação do ensino médio no SESI-PE com a educação profissional no SENAI-PE no Projeto EMEP, na ótica dos seus gestores, técnicas e docentes.

Sobre a articulação supracitada, podemos afirmar que, para a maioria dos nossos entrevistados, ela não se concretizou nas escolas abrangidas pelo Projeto. Sabemos da dificuldade para implementação da articulação. Para nós, o Projeto EMEP não fugiu dessa realidade. Acreditamos ser difícil pensar na articulação curricular sem uma integração das instituições.

Concluimos, portanto, que a articulação pretendida no Projeto EMEP não se concretizou. Embora tenha existido um bom entrosamento internamente entre os professores das respectivas instituições, não houve uma relação dialógica entre os docentes de ambas, bem como não houve uma construção coletiva de estratégias acadêmico-científicas para articulação do ensino médio com a educação profissional nas entidades pesquisadas.

Para a tentativa de uma articulação exitosa entre o ensino médio e a educação profissional, bem como a superação dessa histórica dualidade estrutural da educação nacional, comungamos das mesmas propostas dos principais pesquisadores da área de Trabalho e Educação: acreditamos na articulação entre essas modalidades de ensino através do ensino médio integrado sob as bases do trabalho, da ciência e da cultura⁷, na sua forma prática, bem como nos seus fundamentos histórico-sociais e científico-tecnológicos, aliado à supressão do capitalismo para sua concretização.

Referências

BRASIL.MEC.SEMTEC. 2003. Seminário Nacional de Educação Profissional: concepções, experiências, problemas e propostas. *Anais*, Brasília, 16 a 18 de junho.

CIAVATTA, M. 2005. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G.; _____; RAMOS, M. (orgs.). *Ensino médio integrado: concepções e contradições*. São Paulo: Cortez. p. 83-105.

⁷ Para um aprofundamento sobre a defesa desses princípios conferir as referências abaixo: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (orgs.). 2004. *Ensino médio: ciência, cultura e trabalho*. Brasília: MEC, SEMTEC.

_____; _____; RAMOS, M. (orgs.). 2005. *Ensino médio integrado: concepções e contradições*. São Paulo: Cortez.

EDUCAÇÃO para a cidadania. 2003. *SENAI Brasil*, Sistema CNI, ano 12, n. 68, p. 9, nov./dez.

FRIGOTTO, G. 2005. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: _____; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.). *Ensino médio integrado: concepções e contradições*. São Paulo: Cortez. p. 57-82.

_____. CIAVATTA, M. (orgs.). 2004. *Ensino médio: ciência, cultura e trabalho*. Brasília: MEC, SEMTEC.

_____; _____; RAMOS, M. (orgs.). 2005. *Ensino médio integrado: concepções e contradições*. São Paulo: Cortez.

KUENZER, A. Z. 1989. O trabalho como princípio educativo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.68, p. 21-28, fev.

OLIVEIRA, R. 2004. A formação de professores para uma educação profissional emancipatória. *V Congresso Nacional de Educação (CONED)*, Recife, 2 a 5 de maio, mimeo.

_____. 2005. *Empresariado industrial e a educação brasileira: qualificar para competir?* São Paulo: Cortez.

RODRIGUES, J. 1998. *O Moderno Príncipe Industrial: o Pensamento Pedagógico da Confederação Nacional da Indústria*. Campinas (SP): Autores Associados.

RODRIGUES, J. 2002. A educação e os empresários: o horizonte pedagógico do capital. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (orgs.). *A experiência do trabalho e a educação básica*. Rio de Janeiro: DP&A. p. 103-116.

SACRISTÁN, J. G. 1996. Reformas educacionais: utopia, retórica e prática. In: SILVA, T. T.; GENTILI, P. *Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília: CNTE. p. 50-74.

SESI-DN/SENAI-DN. 2004. *Educação básica e educação profissional: ação articulada SESI SENAI*. Brasília.

SENAI. Região Nordeste. 2002. *Novo modelo de educação profissional: abordagem introdutória*. Recife: SENAI/DITEC/DET.

SESI-PE/SENAI-PE. 2003. *Ensino Médio e Educação Profissional – EMEP: Proposta Pedagógica Integrada*. Pernambuco. Out.

